

Citicorp: o Brasil estuda essa proposta.

A expectativa de uma expansão monetária imoderada, como decorrência da transformação em cruzados do capital investido, como propôs o presidente do Citicorp John Reed, é o principal obstáculo à implementação do projeto de conversão da dívida externa. Como o governo pretende manter uma política monetária razoavelmente apertada nos próximos meses, para evitar que a inflação também ocorra por essa via, o projeto de conversão será examinado sem pressa.

Há dois projetos básicos sobre os quais a autoridade monetária se manifestará: o primeiro, de iniciativa do próprio Banco Central, com algumas contribuições no Ministério da Fazenda, ao tempo em que era ministro Dilsen Funaro, e outro, elaborado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ainda não oficialmente entregue.

De um modo geral as propostas convergem para a necessidade de uma prévia destinação dos recursos convertidos aos setores que, a juízo do governo, devam ser incentivados com novos investimentos. Dois desses setores foram selecionados pelo Ministério da Fazenda: a produção destinada à exportação e os projetos tendentes a reduzir os desníveis regionais.

Para dois casos o governo poderá aprovar inclusive incentivos fiscais como forma de atrair os investimentos externos, mas essa questão ainda não foi detalhada pela equipe do ministro Bresser Pereira, atual-

mente envolvida na elaboração do "Plano de Consistência Macro Econômica".

Distorções

Apesar do interesse demonstrado por bancos estrangeiros e empresas brasileiras, ainda há muitas dúvidas no Banco Central em relação à eficácia de uma maciça conversão de créditos financeiros em capital de risco. Além da questão da pressão monetária — terão de ser emitidos cruzados como contravalor da moeda estrangeira que ingressar —, há outras distorções que estão sendo consideradas.

Uma delas é a possibilidade de uma suspensão por largo período, mesmo depois de resolvida a questão da dívida externa, dos investimentos diretos de capital estrangeiro. Os investidores darão preferência à aquisição de um empréstimo para conversão, com um ágio de 30% ou mais, ao invés de colocar o dinheiro diretamente.

A médio e a longo prazo a conversão pode ser desvantajosa. Como a legislação brasileira permite remessa de lucros de até 12%, sem maior pressão fiscal, e a taxa de juros internacional é de 6% em média, os investidores acabarão remetendo mais do que o valor com o qual ingressaram.

Finalmente, em relação ao deságio, lembram os técnicos que a tendência é aumentar, à proporção que a crise econômica se tornar mais aguda. Em consequência, o ideal seria aguardar uma recuperação econômica consistente e reconhecida interna-

cionalmente, para que o "risco Brasil" possa diminuir e o deságio também.

Recompra de Ações

O presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Luiz Octávio da Motta Veiga, disse ontem, no Rio, que a proposta de conversão de dívida apresentada pelo Citicorp, dos Estados Unidos, está dentro dos parâmetros estabelecidos pelo governo brasileiro. Acrescentou que ela se assemelha às apresentadas pelo Montreal e Chase Manhattan.

Já o presidente mundial da Companhia de Pneus Michelin, François Michelin, em recente visita ao Brasil, explicou sua ideia sobre como a dívida externa brasileira poderia ser transformada em capital de risco. Para ele, o ideal seria a formação, pelos credores, de uma sociedade financeira, tendo seu capital constituído pelos juros que o Brasil pagaria. Essa instituição financeira empresas brasileiras, dirigidas por brasileiros, e seus dividendos, posteriormente, seriam distribuídos proporcionalmente aos acionistas, naturalmente aqueles credores do Brasil.

François Michelin ressaltou, porém, que o dinheiro precisa realmente ser injetado nas empresas brasileiras para que a sociedade produza dividendos. Ele acrescentou ainda que essa fórmula tem a vantagem de, daqui a 50 ou 100 anos, o Brasil poder recomprar as ações da instituição.